

**Central Geradora Eólica
Icaraí II S.A.**
**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Eólica Icarai II S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Eólica Icarai II S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 30 de abril de 2014

A handwritten signature in blue ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" CE

A handwritten signature in blue ink that reads "Valdir Renato Coscodai".

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" CE

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	161	36.922	Fornecedores (Nota 10)	725	4.706
Contas a receber de clientes (Nota 7)	1.393		Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	98.489	93.978
Impostos a recuperar (Nota 6)	1	5	Partes relacionadas (Nota 12)	9.325	12.636
Partes relacionadas (Nota 12)	75		Impostos e contribuições a recolher	101	39
Outras contas a receber	29	17	Imposto de renda e contribuição social a pagar	42	44
	<u>1.659</u>	<u>36.944</u>	Compensação ambiental a pagar		201
			Contas a pagar - CCEE (Nota 13)	4.921	
Não circulante			Outras contas a pagar	<u>6</u>	<u>5</u>
Imobilizado (Nota 8)	149.950	102.363	Total do passivo	<u>113.609</u>	<u>111.609</u>
Intangível (Nota 9)	<u>1.161</u>	<u>977</u>	Patrimônio líquido (Nota 14)		
	151.111	103.340	Capital social	32.492	32.492
			Adiantamento para futuro aumento de capital	20.786	
			Prejuízos acumulados	<u>(14.117)</u>	<u>(3.817)</u>
			Total do patrimônio líquido	<u>39.161</u>	<u>28.675</u>
Total do ativo	<u>152.770</u>	<u>140.284</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>152.770</u>	<u>140.284</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita operacional líquida (Nota 15)	<u>1.499</u>	
Custos dos serviços		
Custo de operação	(87)	
Encargos e taxas setoriais (Nota 16)	<u>(3.528)</u>	<u>(1)</u>
Prejuízo bruto	<u>(2.116)</u>	<u>(1)</u>
Despesas operacionais		
Serviços de terceiros	(664)	(1.836)
Despesas com pessoal	(938)	(398)
Arrendamentos	(42)	(17)
Despesas administrativas	(225)	(9)
Despesas com viagens	(154)	
Depreciação	(100)	(39)
Penalidade CCEE (Nota 13)	(4.023)	
Impostos e taxas	(10)	(14)
Outros	<u>(366)</u>	<u>(67)</u>
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros	<u>(8.551)</u>	<u>(2.381)</u>
Resultado financeiro líquido (Nota 17)	<u>(1.437)</u>	<u>(11)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(9.988)</u>	<u>(2.392)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(312)</u>	<u>(140)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(10.300)</u>	<u>(2.532)</u>
Prejuízo do exercício por ação do capital social - R\$	<u>(0,32)</u>	<u>(0,08)</u>

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada uma vez que não há outros resultados abrangentes além do prejuízo do exercício.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>		<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>			
Em 31 de dezembro de 2011	10.000	(8.511)		(1.285)	204
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) (Nota 14)			31.003		31.003
Aumento de capital subscrito (Nota 14)	22.492		(22.492)		
Integralização de capital (Nota 14)		8.511	(8.511)		
Prejuízo do exercício				(2.532)	(2.532)
Em 31 de dezembro de 2012	32.492			(3.817)	28.675
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) (Nota 14)			20.786		20.786
Prejuízo do período				(10.300)	(10.300)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>32.492</u>	<u></u>	<u>20.786</u>	<u>(14.117)</u>	<u>39.161</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(9.988)</u>	<u>(2.392)</u>
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações		
Depreciação	82	39
Valor residual do ativo imobilizado baixado	77	
Provisão Contas a pagar - CCEE	5.443	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	165	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	<u>(312)</u>	<u>(140)</u>
	<u>(4.533)</u>	<u>(2.493)</u>
(Acréscimo)/decréscimo nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.558)	
Impostos a recuperar	4	(5)
Outras contas a receber	<u>(12)</u>	<u>(17)</u>
	<u>(1.566)</u>	<u>(22)</u>
Acréscimo/(decréscimo) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(8.394)	4.654
Impostos e contribuições a recolher	49	38
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(2)	44
Compensação ambiental a pagar	(201)	(468)
Contas a pagar CCEE	(522)	
Outras contas a pagar	<u>1</u>	<u>5</u>
	<u>(9.069)</u>	<u>4.273</u>
Caixa usado gerado pelas (aplicado nas) operações	<u>(15.168)</u>	<u>1.758</u>
(-) Juros pagos	<u>(3.942)</u>	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(19.110)</u>	<u>1.758</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(34.645)	(100.216)
Aquisição de ativo intangível	(184)	(977)
Partes relacionadas - recebido	<u>(3.386)</u>	<u>12.636</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(38.215)</u>	<u>(88.557)</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	92.878	92.718
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(93.100)	
Aumento/integralização de capital e AFAC	<u>20.786</u>	<u>31.003</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>20.564</u>	<u>123.721</u>
Variação		
(Diminuição) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(36.761)	36.922
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>36.922</u>	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>161</u>	<u>36.922</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Central Geradora Eólica Icarai II S.A. ("CGE Icarai II" ou "Companhia"), Sociedade de Propósito Específico (SPE), foi fundada em 4 de janeiro de 2010 e possui sede no Sítio Saturno localizado no Distrito de Icarai, Município de Amontada, Estado do Ceará. Nos termos de seu Estatuto Social, Companhia tem por objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar a Central Geradora Eólica denominada EOL Icarai II. É controlada pela Ventus Energias Renováveis S.A. sendo que a controladora final é a Queiroz Galvão S.A.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional com geração de energia em teste. Durante o mês de dezembro de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) emitiu o despacho nº 3.937/2013 em que autorizou o início da operação da Companhia em fase teste que visa atender às necessidades de ajustes de equipamentos e verificação de seu comportamento. O montante de energia gerado em fase teste é liquidado no Mercado de Curto Prazo (MCP). Contudo, no mês de março de 2014, a entrada comercial da Companhia foi autorizada pela ANEEL (Nota 18).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estabelecida pela Portaria nº 761 de 30 de agosto de 2010, a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada MW(*)	Energia assegurada MW médios (*)	Início	Término
EOL Icarai II	Ceará	Icarai	37,8	18	31/08/2010	30/08/2045

(*) Não auditado.

(a) Contrato de Energia de Reserva (CER)

A Companhia firmou em 16 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurado no Leilão de Energia de Reserva (LER 2009).

Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço atualizado de R\$ 174,86/MWh, reajustados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

No contrato está definido um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. O ressarcimento por estes desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Adicionalmente, caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia terá direito à receita equivalente a 70% da tarifa sobre a quantidade de MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia teve a sua entrada em operação comercial autorizada a partir de 29 de março de 2014 (Nota 18) porém, de acordo com Resolução Autorizativa nº 3.222/11 emitida pela ANEEL e que trata do cronograma de implantação da EOL Icarai II, o início da

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

operação comercial das unidades geradoras ocorreria em 15 de dezembro de 2012. Contudo, em 22 de novembro de 2012 a Companhia protocolou junto a ANEEL um pedido de postergação do prazo para entrada em operação comercial e para início de suprimento do Contrato de Energia de Reserva, pedido este que permanece até o presente momento sob análise da ANEEL, e que definirá se os ressarcimentos que já vem sendo cobrados são, de fato, devidos, e quais os parâmetros para sua correta apuração.

(b) REIDI

A Portaria nº 705, de 06 de agosto 2010, do Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento da EOL Icará II no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que consiste na suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS nas aquisições e importações de bens e serviços vinculadas ao projeto de Infraestrutura aprovado, realizadas no período de cinco anos contados da data da habilitação de pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura.

(c) Licença de instalação

A CGE Icará II obteve, em 19 de janeiro de 2011, a Licença de Instalação número 9/2011 - COPAM - NUCAM, expedida pela SEMACE, localizada no Sitio Saturno, município de Amontada - CE.

(d) Impacto de nova legislação

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

(e) Posição patrimonial e financeira

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava capital circulante negativo de R\$ 111.950 mil. Essa situação está alinhada com o plano de negócio aprovado para esta SPE, no seu atual estágio de pré-operação, e decorre da captação de empréstimos "ponte" para a execução de seu projeto.

Conforme descrito na Nota 11 e Nota 18, esses empréstimos e financiamentos foram obtidos a partir de garantias e avais corporativos, que continuarão a ser concedidos conforme a necessidade da Companhia. Adicionalmente, a quitação dos empréstimos "ponte" está vinculada à obtenção do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES, cujo processo está em curso e deverá ser concluído durante o ano de 2014.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em 30 de abril de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e consideram o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua - moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Não existem operações classificáveis como disponíveis para venda.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são também mensurados ao valor justo, sendo os ganhos ou as perdas apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber, demais contas a receber, transações com partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(b) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Valor justo e perda por *impairment*

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado.

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(d) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possui contrato ou operou com instrumentos derivativos. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

2.7 Intangível

O intangível refere-se às faixas de servidão de passagem que são direitos de passagem das linhas de transmissão na área que liga o parque eólico à subestação, que passa em propriedades particulares de áreas urbanas e rurais, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel e que são registradas ao custo de aquisição.

Não haverá reconhecimento de amortização pelo fato da servidão de passagem ser permanente.

2.8 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação a partir de sua operação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos itens relacionados à construção do parque ainda não foi iniciada pois os bens ainda não se encontram em operação.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2013 não há registros de *impairment*.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Provisões

As provisões são registradas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões existentes no balanço compreendem as provisões trabalhistas. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

2.13 Provisão para compensação ambiental

Registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou que tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do parque eólico, esses valores serão depreciados pelo prazo remanescente da autorização.

Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, as sociedades cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$ 48.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. A Companhia optou por essa sistemática e, portanto, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.15 Arrendamentos

A Companhia possui arrendamentos de terrenos, nos quais parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador e são, dessa forma, classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado, durante o período do arrendamento.

2.16 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

2.17 Capital social e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) são classificados como instrumentos de patrimônio quando: (a) estiver preestabelecida a quantidade de quotas a ser emitida em decorrência do adiantamento; (b) a conversão for irrevogável e irretirável; e (c) o adiantamento não prever indexação e estiver na mesma moeda funcional da Companhia. Nos demais casos, os adiantamentos são tratados como instrumento de dívida.

2.18 Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas conforme o período de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os custos e despesas registradas no resultado referem-se a gastos na fase de pré-operação e que não são diretamente atribuíveis e para preparar o ativo imobilizado.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão relacionadas à entrada em operação comercial de sua central eólica. Conforme descrito na Nota 1, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional com geração de energia em fase teste e com pedido protocolado junto à ANEEL de postergação de início da operação comercial. Em função do cronograma estimado de implantação de sua central geradora eólica, expectativa da aceitação do pedido junto à ANEEL e interpretação do contrato de energia de reserva, a administração da Companhia, apoiada na posição de seus assessores legais, efetua as correspondentes provisões, ao tempo em que vem acompanhando a evolução dessas questões para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

(i) Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas das usinas eólicas de maneiras distintas, conforme o perfil da energia (testes ou comercial).

No caso da energia de testes, o montante gerado é liquidado no Mercado de Curto Prazo (MCP), proporcionando um crédito a receber pela eólica. De acordo com as regras de mercado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), os agentes credores participam do rateio de inadimplência do MCP. O que geralmente ocorre é a participação da eólica neste rateio, e no mês seguinte, ela recebe de volta o valor descontado corrigido monetariamente, em função da execução das garantias financeiras dos agentes inadimplentes.

Na energia comercial, o risco é diminuto, embora exista. Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER. Parte da CONER é destinada a um fundo de garantia, cujo objetivo é cobrir eventuais inadimplências no pagamento do EER. Normalmente, o saldo destinado para este fim equivale a 1/12 da receita fixa anual da energia de reserva.

(ii) Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizada de forma centralizado pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Até o mês de agosto de 2012 os recursos financeiros para investimentos foram obtidos através apenas dos aportes de capital realizados pela Companhia controladora, a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Nos anos de 2012 e 2013, a Companhia realizou a emissão de notas promissórias e obteve financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tais recursos tiveram o objetivo de suprir parte do investimento a ser realizado, em adição aos aportes das companhias controladoras. Esses investimentos deverão ser realizados até que a Companhia esteja totalmente em operação e passe a gerar caixa.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As emissões de notas promissórias ocorreram da seguinte forma:

<u>Nota promissória</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Finalidade</u>
1ª emissão	Agosto/2012	Suprir parte do investimento a ser realizado
2ª emissão	Dezembro/2012	Pagar as notas promissórias da 1ª emissão
3ª emissão	Fevereiro/2013	Pagar as notas promissórias da 2ª emissão
4ª emissão	Agosto/2013	Pagar as notas promissórias da 3ª emissão

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores divulgados na tabela abaixo são os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	<u>Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2013</u>	<u>Menos de um ano até 31 de dezembro de 2014</u>	<u>Entre um e dois anos 1º de janeiro de 2015 - 30 de dezembro de 2017</u>	<u>Acima de dois anos</u>
Moeda nacional				
Fornecedores e outras obrigações	725	725		
Financiamentos	98.531	98.531		
Garantias financeiras	11	11		
	<u>99.267</u>	<u>99.267</u>		

A administração tem a expectativa de liquidar o financiamento junto ao BNDES durante o exercício de 2014, cujo vencimento original que estava previsto para janeiro de 2014, foi renegociado para outubro de 2014.

(iii) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Os valores lançados na conta vinculada ao financiamento contratado pela Companhia, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros à taxa efetiva média de 9,63% ao ano para empréstimos captados junto a bancos de primeira linha, calculados por dias corridos, debitados e exigidos no vencimento da dívida.

(iv) Estimativa do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a administração entende não ser necessária divulgação adicional.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e financiamentos estão contabilizados pelo custo amortizado e sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Desta forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

(v) Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	161	36.922
Contas a receber de clientes	1.393	
Partes relacionadas	<u>75</u>	
	<u>1.629</u>	<u>36.922</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	725	4.706
Empréstimos a pagar	98.489	93.978
Partes relacionadas	<u>9.325</u>	<u>12.636</u>
	<u>108.539</u>	<u>111.320</u>
	<u>(106.910)</u>	<u>(74.398)</u>

(vi) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
A-1 (*)	2	1
A (*)	<u>159</u>	<u>36.921</u>
	<u>161</u>	<u>36.922</u>

(*) A classificação dos bancos foi obtida no site da Standard & Poor's.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vii) Financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

(b) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas-correntes	11	13
Aplicações financeiras (*)	<u>150</u>	<u>36.909</u>
	<u>161</u>	<u>36.922</u>

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados, remuneradas à taxa média de 75% da variação do CDI.

6 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar se referem a imposto de renda a recuperar sobre aplicação financeira.

7 Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber de clientes refere-se a valores devidos e a vencer pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) decorrente da liquidação da energia gerada em teste no Mercado de Curto Prazo (MCP).

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia é de 30 dias.

Foi constituída uma provisão para créditos vencidos no montante de R\$ 165 que se refere, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na liquidação financeira feita pela CCEE, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia constituiu provisão para potencial perda.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imobilizado

	Composição do imobilizado	
	2013	2012
Em serviço	<u>481</u>	<u>383</u>
Veículos	343	218
Torre anemométrica	249	204
(-) Depreciação acumulada - veículos	(89)	(29)
(-) Depreciação acumulada - torre anemométrica	(22)	(10)
Em curso	<u>149.469</u>	<u>101.980</u>
Estudos e projetos	280	232
Obras em andamento	45.284	27.304
Adiantamento a fornecedores	91.205	71.104
Aerogeradores	257	
Outros custos capitalizáveis, substancialmente encargos financeiros	<u>12.443</u>	<u>3.340</u>
	<u><u>149.950</u></u>	<u><u>102.363</u></u>

Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do imobilizado aconteceu da seguinte forma:

	<u>Obras em andamento</u>	<u>Estudos e projetos</u>	<u>Torre anemométrica</u>	<u>Adiantamentos</u>	<u>Aerogeradores</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo							
Em 31 de dezembro de 2012	27.304	232	204	71.104		3.558	102.402
Adições	13.339	48	45	24.742	257	9.499	47.930
Baixas						(86)	(86)
Reclassificações						(185)	(185)
Transferências	4.641			(4.641)			
Em 31 de dezembro de 2013	<u>45.284</u>	<u>280</u>	<u>249</u>	<u>91.205</u>	<u>257</u>	<u>12.786</u>	<u>150.061</u>
Depreciação							
Em 31 de dezembro de 2012			(10)			(29)	(39)
Baixas						10	10
Depreciação acumulada			(12)			(70)	(82)
Em 31 de dezembro de 2013			<u>(22)</u>			<u>(89)</u>	<u>(111)</u>
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2012	<u>27.304</u>	<u>232</u>	<u>194</u>	<u>71.104</u>		<u>3.529</u>	<u>102.363</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>45.284</u>	<u>280</u>	<u>227</u>	<u>91.205</u>	<u>257</u>	<u>12.697</u>	<u>149.950</u>

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a construção do parque eólico em implantação, há um compromisso assumido de aproximadamente R\$ 115 milhões referente ao Contrato de Engenharia, Aquisição e Montagem de Equipamentos e Construção de Parque Eólico em regime de empreitada integral. Adicionalmente, durante o exercício de 2013, após a oferta de garantias financeiras e corporativas em volume expressivo e suficiente, este empreiteiro, responsável por este contrato de Engenharia, solicitou apoio financeiro temporário à Queiroz Galvão Energias Renováveis S.A. para que assim possa concluir com suas obrigações.

No exercício de 2013, a Companhia capitalizou ao seu ativo imobilizado em curso o montante de R\$ 7.133 (R\$ 708 em 2012) referente a encargos financeiros, líquidos de receita financeira decorrente de aplicações temporárias com recursos não utilizados e estão registrados na rubrica de outros custos capitalizáveis.

Para a construção e operação de seu parque eólico, a Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. O contrato de arrendamento é de 25 anos. Até a entrada em operação comercial, a Companhia efetuará pagamentos predeterminados e, a partir da entrada em operação, passará a pagar importância mensal correspondente a 1,5% do valor do efetivo faturamento de energia produzida. Ao final do contrato, a Companhia tem o direito de preferência para aquisição dos imóveis, em iguais condições com terceiros.

Os bens e as instalações utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser transferidos a terceiros sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

9 Intangível

O intangível refere-se à indenização paga aos proprietários de faixas de servidão de passagem para construção das linhas de transmissão na área que liga o parque eólico à subestação.

10 Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente a valores a pagar por compras de materiais e serviços para a obra do parque eólico em implantação.

11 Empréstimos e financiamentos

	2013			2012		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Moeda nacional						
Notas promissórias (**)	46.550		46.550	46.550		46.550
BNDES (*)	46.342		46.342	46.342		46.342
Encargos de dívida	5.639		5.639	1.165		1.165
Garantia financeira	11		11	14		14
(-) Custo de captação	(53)		(53)	(93)		(93)
	<u>98.489</u>		<u>98.489</u>	<u>93.978</u>		<u>93.978</u>

(*) De acordo com o contrato firmado em dezembro de 2012, o vencimento dos financiamentos obtidos junto ao BNDES estava previsto originalmente para janeiro de 2014. No entanto, a Companhia renegociou o vencimento da dívida para outubro de 2014. Adicionalmente, sobre estes financiamentos incidem encargos financeiros decorrentes da variação da TJ6BNDES (TJ6 - taxa de juros de referência de seis meses) e TJLP acrescidos de uma taxa prefixada.

Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(**) Estes empréstimos sofrem a variação do CDI adicionada acrescida de uma taxa prefixada.

Em fevereiro e agosto de 2013, a Companhia realizou a segunda e a terceira emissão, respectivamente, de notas promissórias comerciais da Central Eólica Icarai II, em série única, no montante total de R\$ 46.550. Sobre o valor nominal da nota promissória incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI acrescida de uma taxa prefixada. A dívida referente à terceira emissão tem vencimento em agosto de 2014.

A segunda e a terceira emissão foram aprovadas em Assembleias Geral Extraordinária realizadas em 5 de fevereiro de 2013 e 29 de julho de 2013, respectivamente.

Os recursos captados através de notas promissórias distribuídas pelo Banco do Brasil e financiamento do BNDES foram destinados aos investimentos de implantação dos parques eólicos das investidas da Ventus, representam empréstimo "ponte" para a operação de longo prazo a ser contratada junto ao BNDES. O vencimento desses contratos de empréstimos se dará na data de vencimento estabelecida nos respectivos contratos, ou na data de liberação da primeira parcela do crédito a ser aberto pelo BNDES à Companhia por meio de Contrato de Financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

As operações de financiamento estão em sua maioria garantidas por avais e garantias corporativas. Adicionalmente, as obrigações decorrentes do contrato com o BNDES foram garantidas por fiança bancária válida até 15 de dezembro de 2014 e com o penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia assim como quaisquer outras ações representativas do capital social que venham a ser subscritas até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no contrato.

No caso das notas promissórias, estas poderão ser declaradas antecipadamente vencidas no caso de não cumprimento da obrigação de divulgação das demonstrações financeiras das investidas envolvidas, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes em até 30 dias contados do término do prazo para divulgação e que deve ocorrer até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

Os contratos de financiamentos, em geral, poderão declarar vencido antecipadamente o respectivo contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se, ocorrer uma das seguintes hipóteses: (a) a redução do quadro de pessoal da Companhia sem atendimento ao contrato; (b) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação; (c) a não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto de geração eólica; (d) o descumprimento, pelo credor ou avalista, de quaisquer das obrigações constantes no contrato; (e) a modificação do controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia, sem prévia e expressa anuência do Banco; (f) ocorrência das garantias se tornarem insuficientes e as mesmas não forem substituídas ou se os bens, hipotecados e empenhados, forem penhorados em execução por outro credor; (g) falência ou dissolução do devedor; (h) vencimento antecipado de qualquer outro contrato firmado entre a Emitente e o Banco ou qualquer outra sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico do Banco; entre outras.

A administração acompanha periodicamente as cláusulas restritivas da dívida, sendo que as mesmas foram atendidas em 31 de dezembro de 2013.

A mutação no exercício ocorreu da seguinte forma:

Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo final anterior	93.978	
Circulante		
Encargos	8.413	1.165
Financiamentos obtidos	92.878	92.813
Amortizações	(97.042)	
Apropriação do custo de captação	262	
	<u>98.489</u>	<u>93.978</u>

12 Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 são como demonstrados a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
EOL Energy S.A.	75	
Total partes relacionadas - Ativo circulante	<u>75</u>	
Central Geradora Eólica Icarai I S.A. (*)	7.791	12.561
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.		75
Queiroz Galvão Energias Renováveis S.A.	1.534	
Total partes relacionadas passivo (circulante)	<u>9.325</u>	<u>12.636</u>

(*) O saldo a pagar à Central Geradora Eólica Icarai I S.A. se refere substancialmente a ressarcimento de gastos com a aquisição de ativo imobilizado (centro de operações, subestação e linha de transmissão), pagos pela CGE Icarai I, e que beneficiará o complexo Icarai como um todo, que contará com os parques eólicos de EOL Icarai I e EOL Icarai II.

Sobre as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou *impaired*.

A administração estima que estas transações sejam liquidadas durante o exercício de 2014.

13 Contas a pagar - CCEE

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ressarcimento a pagar - CCEE	15.690	
Conta de energia	3.017	
	18.707	
Receita retida CCEE	(13.786)	
	<u>4.921</u>	

(*) Representa a receita fixa retida pela CCEE na Conta de Energia de Reserva (CONER).

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 1(a), o ressarcimento a pagar - CCEE representa o valor a pagar por conta de desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso em cláusula do referido contrato apurado ao final do ano contratual (período de julho a junho). Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância 90% a 130% de geração serão mantidos em conta de energia e serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos ao final do primeiro quadriênio.

A obrigação decorrente do ressarcimento anual será compensada com a receita fixa retida na liquidação financeira anual em setembro de 2014 ou no momento da entrada em operação comercial, o que ocorrer primeiro.

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.492, representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como segue:

	2013 e 2012		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Ventus Energias Renováveis S.A.	32.491.836	100%	32.491.836

Em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia deliberaram aumentar o capital social, com os montantes de adiantamento para futuro aumento de capital, conforme demonstrado a seguir:

Data da assembleia	Montante - reais	Quantidade de ações emitidas
28 de maio de 2012	13.915	13.915.499
30 de junho de 2012	7.318	7.317.636
12 de dezembro de 2012	1.259	1.258.701
	22.492	22.491.836

Entre os meses de setembro e dezembro de 2013, a controladora Ventus realizou aportes no montante total de R\$ 20.786 que foram convertidos em Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) em 31 de dezembro de 2013. A Ventus se compromete a destinar o valor do AFAC exclusivamente para a integralização de 20.786.053 ações do capital da Companhia, no valor nominal e unitário de R\$ 1,00, as quais serão subscritas até a data de 27 de abril de 2014.

Os acionistas terão o direito de preferência na subscrição de ações e/ou outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, proporcionalmente ao número de ações detidas. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias de acionistas.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver eventuais controvérsias entre eles por meio de arbitragem na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.

(b) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria.

15 Receitas operacionais líquidas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecimento de energia elétrica Câmara de Comercialização de Energia (CCEE)	<u>1.556</u>	<u> </u>
Total receita bruta	1.556	<u> </u>
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(10)	
COFINS	<u>(47)</u>	<u> </u>
Total das deduções	<u>(57)</u>	<u> </u>
Total	<u><u>1.499</u></u>	<u><u> </u></u>

Durante o mês de dezembro de 2013, a Companhia gerou 5.473 MWh que foi comercializado a um preço médio de liquidação de R\$ 284,88/MWh.

16 Encargos e taxas setoriais

O valor registrado no resultado de R\$ 3.258 se refere substancialmente à Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão (TUST) pago mensalmente às concessionárias de transmissão. O valor pago é calculado com base no montante de uso estabelecido no contrato (MUST) e são atualizados mediante regulamentação da ANEEL. Adicionalmente, conforme Lei nº 9.427/1996, a Companhia tem a redução de 50% do valor da TUST decorrente da potência injetada nos sistemas de transmissão ser inferior a 30 MW.

Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Resultado financeiro líquido

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária - Penalidade CCEE	(1.419)	
Outras despesas financeiras	(18)	(11)
	<u>(1.437)</u>	<u>(11)</u>

18 Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2014, a Companhia realizou a quarta emissão de notas promissórias comerciais da CGE Icarai II, em série única, no montante total de R\$ 46.550 cujo vencimento é em 13 de agosto de 2014. Os recursos captados foram utilizados para pagamento das notas promissórias da terceira emissão da Companhia, cujos recursos foram destinados aos investimentos de implantação do parque eólico, funcionando como empréstimo "ponte" para a operação de longo prazo a ser contratada junto ao BNDES. Sobre o valor nominal da nota promissória incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI acrescido de uma taxa prefixada sobre o CDI.

A emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2014.

Adicionalmente, em janeiro de 2014 foi firmado o primeiro aditamento ao contrato de financiamento junto ao BNDES que prorrogou o prazo de carência para pagamento dos juros apurados para 15 de setembro de 2014 e postergou o prazo de amortização do principal que deverá ser pago em parcela única em 15 de outubro de 2014 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

Em 28 de março de 2014, a ANEEL emitiu o despacho nº 793 no qual autorizou a CGE Icarai II para entrada em operação comercial a partir de 29 de março de 2014. O montante de energia gerado em fase teste desde a referida data tem sido liquidado no Mercado de Curto Prazo (MCP).

* * *